

## EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: PROJOVEM URBANO

Marcos Torres Carneiro – Mestrando – PPGEP/IFRN - [torres-carneiro@ig.com.br](mailto:torres-carneiro@ig.com.br)  
Márcio Adriano de Azevedo – Professor – PPGEP/IFRN - [marcio.azevedo@ifrn.edu.br](mailto:marcio.azevedo@ifrn.edu.br)

### RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar os pressupostos das ações integradoras proposta pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, que visam proporcionar aos jovens brasileiros reintegração ao processo educacional e a qualificação profissional em nível de formação inicial, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade e b) qualificação profissional com certificação de formação inicial. O ProJovem Urbano faz parte de uma Política Nacional de Juventude com atendimento para jovens entre 18 e 29 anos, ao promover para esse público juvenil a inclusão social e a reinserção na escola e no mundo do trabalho, objetivando a conclusão do Ensino Fundamental e de Qualificação Profissional para essa faixa etária. Para a realização deste estudo, adotamos alguns procedimentos teórico-metodológicos, como a revisão bibliográfica e análise documental acerca das políticas de juventude, como Di Pierro (2005), Abad (2003) e Sposito e Carrano (2003), em particular educação e trabalho como Dedecca (1998), Novaes (2008), Ramos (2002), Pochmann (2004) e Brasil (2008). Assim, este artigo, fundamenta-se a partir da concepção de juventude nos aspectos sociais e culturais, partindo para a necessidade de uma qualificação profissional adequada a esses jovens, situando-os em um novo paradigma educacional.

**Palavras-chave:** Educação. Trabalho. ProJovem Urbano.

### INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva analisar e discutir as propostas integradoras entre educação e trabalho delineadas pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, via a reinserção ao processo educacional e a qualificação profissional, por meio de uma efetiva associação entre: elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental e a qualificação profissional com certificação de formação inicial.

O Programa se destina a jovens em situação de vulnerabilidade social, em particular aqueles que possuem a idade entre 18 a 29 anos, das grandes aglomerações urbanas, que tenham concluído a quarta série (5º ano), mas não a oitava. Em suma, volta-se aos de muito baixa escolaridade, fora do mercado de trabalho e da escola, na faixa etária mais exposta ao risco de violência, como vítimas e algozes. Para a realização deste estudo, adotamos alguns procedimentos teórico-metodológicos, como a revisão bibliográfica acerca das políticas de juventude, como Di Pierro (2005), Abad (2003) e Sposito e Carrano (2003), em particular educação e trabalho como Dedecca (1998), Novaes (2008), Ramos (2002), Pochmann (2004) e Brasil (2008).

Estruturalmente este artigo está organizado em três capítulos, no primeiro discutimos o protagonismo juvenil e as políticas públicas voltadas para jovens, materializada pela própria

criação do ProJovem Urbano como um despertar para tal público. No segundo capítulo, aproximamos o debate entre: as demandas do trabalho e educação precária dos jovens brasileiros, no terceiro e último capítulo nos debruçamos, na análise da qualificação profissional proposta pelo ProJovem Urbano.

Assim, podemos dizer que a ideia central deste artigo assenta-se na proposta de estabelecer relações entre juventude, educação e qualificação profissional, propostas objetivadas no currículo integrado do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano. Sendo vistas, como uma medida emergencial para a situação de vulnerabilidade da juventude brasileira, diante de um novo paradigma educacional.

## **2. AS TRANSFORMAÇÕES NO “MUNDO DO TRABALHO”<sup>1</sup> E A EDUCAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS**

Em pleno limiar do século XXI, a participação relativa do segmento etário de jovens com idade de 15 a 24 anos no total da população economicamente ativa é de 25%, embora o jovem responda por 50% do desemprego nacional. Ao passo que a taxa de desemprego aberto dos jovens gira em torno dos 18%, a taxa média nacional esteve em 9,4% do total da força de trabalho, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE na Pesquisa Nacional por amostra de domicílio (PNAD) no ano de 2001 (POCHMANN, 2004).

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho neste final de século puseram em curso novas demandas de educação, estabelecendo os contornos de uma nova pedagogia.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho, com a progressiva perda de hegemonia do taylorismo/fordismo e de suas formas de fragmentação a partir da mediação da microeletrônica, tornam insuficiente este tipo de competência para os trabalhos que não se precarizaram e que se constituem no núcleo estável do trabalhador coletivo, ainda com direitos e condições razoáveis de vida e de trabalho, apesar da tendência à intensificação; para poucos, portanto, já aqui se configurando uma das dimensões ideológicas da proposta da “pedagogia das competências”, apresentada como universal. Devido a essas mudanças é possível observar distintas exigências para a educação dos trabalhadores (KUENZER, 2001, 02).

Nesta direção, Cunha (2000) afirma que em muitas situações o jovem trabalhador era preparado como aprendiz por um ente mais velho e experiente. Fazia parte das qualificações

---

<sup>1</sup> Termo fundamentado pela Acácia Kuezer. 3 Ver KUENZER. A. “As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão”. São Paulo, Cortez, 2001.

desse trabalhador “compreender os movimentos e passos necessários a cada operação, memorizá-los e repeti-los em uma determinada seqüência”, o que “demandava uma pedagogia objetivando a uniformidade de respostas para procedimentos padronizados, ambos regidos por padrões de desempenho que foram definidos como adequados ao longo do tempo” (KUENZER, 1998).

No entanto, foi sendo disseminada a ideia de que a reintegração de atividades e o emprego de uma mão de obra mais qualificada eram necessários ao desenvolvimento de um trabalho mais elaborado e de qualidade. Essas noções baseavam-se em argumentos de que somente a substituição do trabalhador por máquinas não atingiria melhores taxas de produção (KERN; SCHUMANN, 1989 *Apud* IVO, 1990).

Sob a égide do sistema capitalista vigente no País, constata-se que as desigualdades sociais permanecem agravantes entre os proprietários dos meios de produção e àqueles que vendem a sua força de trabalho. Desse modo, as diferenças aparecem não somente da análise do contexto trabalho, mas também numa educação diferenciada entre ricos e pobres. Entre esses, a necessidade de trabalhar para aumentar a renda familiar aparecem desde a infância; enquanto que no outro, a educação é fator primordial para ascensão social. Então, diremos que:

O capitalismo não supera a sociedade de classes, pelo contrário, a mantém e, ao formar e legalmente proclamar a igualdade, dissimula a desigualdade. A inserção de crianças e de jovens no mundo do trabalho, sua exploração e uma escola diferenciada aparecem desde o início (NOVAES, 2004, p.194-195).

No tocante ao trabalho, é possível perceber que cresceu o número de jovens em ocupações de baixa qualidade e vínculos precários de menor remuneração. Isso acontece porque muitos desses jovens interrompem precocemente o seu ciclo educacional ou permanecem nele em idades incompatíveis com as suas. Entretanto, há de se considerar que se essa situação se invertesse e, portanto, os jovens adquirissem melhor preparo educacional, os índices de desemprego diminuiriam:

Por outro lado, todos os indicadores possíveis têm evidenciado uma forte ‘pressão’ dos jovens à procura por ocupação, denotando que se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de desemprego cairiam substancialmente, uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado (ABRAMO, 2008, p.131).

E, as divergências no contexto jovem pobre e trabalho encontram-se primeiramente em sua formação educacional interrompida pela necessidade urgente desses jovens de

procurar emprego, por motivos sociais ou culturais, conceituado por alguns autores como processo de adultização precoce, sendo uma situação adversa dos jovens de classe média ou donos dos meios de produção. Assim,

Constata-se, por exemplo, que os jovens filhos de pobres no país encontram-se praticamente condenados ao trabalho como uma das poucas condições de mobilidade social. Porém, ao ingressar muito cedo no mercado de trabalho, o fazem com baixa escolaridade, ocupando as vagas de menor remuneração disponíveis, quase sempre conjugadas com posições de subordinação no interior da hierarquia no trabalho. O contrário parece ocorrer para os jovens filhos de pais de classe média e alta, que possuem, em geral, condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho. Assim, terminam por obter acesso às principais vagas disponíveis, com maior remuneração e em postos de direção no interior da hierarquia do trabalho (NOVAES, 2004, p.231-232).

Pochmann (2004) desperta a atenção para essa problemática de crise da ocupação juvenil, quanto aos fatores: desemprego, baixa escolaridade e inserção no mercado de trabalho. Segundo ele, ao verificar os níveis de renda e educação que se encontram esses jovens, constata-se que 38,1% deles estudavam. Enquanto que entre os jovens ricos, o índice estava em 80%. Vale ressaltar que a análise feita pelo autor, contemplou-se numa juventude de uma faixa etária entre 15 e 24 anos.

Em propostas recolhidas pelo Projeto Juventude em 2003, observou-se que dentre os problemas que mais preocupam os jovens, atualmente, 52% citaram o emprego/profissional. Enquanto que 17% apontaram a educação. No entanto, nos assuntos que mais interessam aos jovens, 38% escolheram educação e 37% emprego/atividades profissionais, ou seja, na relação educação e trabalho, somam-se 65% de jovens. São dados encontrados em pesquisa nacional no livro Retratos da Juventude Brasileira. Como a educação e trabalho, nas circunstâncias atuais, são assuntos de maior interesse entre os jovens e, portanto, no âmbito de políticas públicas tornou-se necessário a relevância de colocar um programa voltado para o tema juventude e trabalho.

Nesta perspectiva, encontra-se o ProJovem que surge como medida emergencial em 2005, com as seguintes diretrizes para: 1) Incentivar a elevação da escolaridade por meio da transferência de renda e a realização de atividades sociais/comunitárias relacionadas aos interesses dos jovens em cada localidade, privilegiando aqueles de baixa escolaridade, baixa renda e de cada faixa etária mais elevada. 2) Apoiar a inserção de jovens no mercado formal de trabalho (...) (ABRAMO, 2004, p.146).

Dessa forma, esses mesmos jovens são vítimas de um sistema capitalista desregulado, que rompe com direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, ao longo do século XX. Assim, contratos coletivos de trabalho transformam-se em individuais. Consequentemente, isso é resultante de uma imposição capitalista, em que “os traços contraditórios e o efeito mutilador e destrutivo do capitalismo se potencializam quando se trata de países periféricos ao capitalismo central e cujas elites são a ele associadas e subordinada” (NOVAES, 2004).

### **3. AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE BRASILEIRA E O PROTAGONISMO JUVENIL: A CRIAÇÃO DO PROJOVEM URBANO**

A proposição a que se destina a construção deste tópico é analisar o percurso histórico de criação das políticas públicas para juventude brasileira, levando em consideração os aspectos: social, político e econômico. E, como efeito da reestruturação<sup>2</sup> entre os três aspectos assinalados circunscreve-se o protagonismo juvenil, vetor imperativo que passará a subsidiar as políticas e os programas para a juventude brasileira, a título de ilustração, por exemplo, o ProJovem Urbano, a propósito objeto de pesquisa deste estudo.

É consensual que a categoria juventude, hoje, ocupa o centro das discussões e dos debates para a formulação das políticas públicas. Dentre as questões que contribuíram para que tal categoria emergisse e se configurasse um “problema social”: as mudanças no mundo trabalho, à expansão da escolarização e a reestruturação das economias nacionais podem ser citadas como as mais significativas (PINTO, 2012, p. 34). É necessário observar que, naturalmente os jovens são vítimas, pela simples condição a que estão inseridos o *status quo*, porém isso se potencializa se considerarmos esta fase da vida, como um período extremamente projetivo e arquitetônico de objetivos e projetos.

Nesta direção, o público alvo para estas mudanças foram e permanecem os jovens pobres, haja vista, historicamente estes se encontrarem desassistidos por parte do Estado. No Brasil, durante a década de 1990, as ações governamentais dirigidas aos jovens estiveram marcadas pela ideia de contenção tendo como pano de fundo o crescimento da violência e sua vinculação com os jovens pobres (ABROMOVAY, 2004).

---

<sup>2</sup> De acordo com Guedes (2007, p. 28), “no aspecto econômico-político ocorrido a partir da década de 1970 anunciam uma reestruturação das relações capitalistas internacionais”.

Atualmente, as concepções a que se referem à juventude, aderiram outra envergadura, volta-se para a garantia de direitos e a expressão jovem em situação de risco social, torna-se inadequada e passa a ser substituída pela expressão sujeitos de direitos<sup>3</sup>. Todavia, cabe-nos problematizar frente a essas mudanças a *priori* teóricas, em que medida isso vem se concretizando na realidade dos jovens brasileiros? Em que consistência? A partir de qual paradigma?

Avançando para o particular a partir do cenário macrosocial dissertado sinteticamente, a realidade brasileira, no que diz respeito às políticas de juventude, reconhecem os jovens como sujeitos de direito<sup>4</sup>, centralizando-se em programas que despertem a atenção para a situação da juventude, em particular, entre os membros de classe social baixa e negra.

Pois, deve-se destacar que “o Brasil tem uma das mais perversas distribuições de renda – as desigualdades sociais se dão pelo aumento dos pobres como pela manutenção ou ampliação de privilégios pelos ricos” (NOVAES, 2004, p. 279). Vale ressaltar que, no âmbito de políticas públicas para os jovens, deve-se levar em consideração uma série de complicações na concepção de juventudes, como por exemplo, as diversidades de direitos humanos – sociais, civis, políticos e culturais.

Portanto, definem-se as políticas públicas em tais segmentos:

- I) Políticas de juventude, ou seja, que considerem tanto o que há de único na geração jovem e sua diversidade como contemplem reivindicações de distintos movimentos sociais de jovens. Para tanto há que conceber os jovens como atores com identidade própria, não como em fase de transição, não como quase adultos ou ex-crianças, ou como adolescentes.
- II) Políticas para juventude, ou de responsabilidade do Estado, inclusive considerando que essa é uma geração com menor poder de competição em uma sociedade orientada pelo mercado.

---

<sup>3</sup> A esse respeito considera que A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi ganhando concretude justamente porque passou a englobar e a contribuir para expandir os direitos de cidadania, chegando, assim aos Direitos Econômicos, sociais, culturais e ambientais – DESCA. (Ver. PINTO, 2012, p. 19).

<sup>4</sup> Substituímos o termo “sujeitos de direitos” por “sujeitos potencialmente mobilizadores” (Duhau e Schteingart, 1997: 79). Essa percepção, mais recente, implica a compreensão de que as questões do desenvolvimento supõem sujeitos participativos e engajados, ou seja, o desenvolvimento do senso cívico. Os sentidos dessa mobilização dos pobres têm, no entanto, significados e formas operativas diversas, segundo os atores e a ordem de concepções e valores que os mobilizam.

- III) Políticas com juventudes, o que pede que se operacionalize participação, por empoderamento, recursos para os jovens poderem participar da arena de acompanhamento e formulação política (NOVAES, 2004, p. 292).

É baseando-se por esta concepção de juventudes, que surge o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, criado em 2005, por meio da Medida Provisória nº238, de 01/02/2005, e transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005, como ação integrante da Política Nacional de Juventude.

Em seus primeiros anos de implantação, tal Programa contemplou jovens de 18 e 24 anos, que haviam terminado a quarta série, mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e sem vínculos formais de trabalho: como a carteira de trabalho assinada ou contrato de trabalho. O programa de aulas dos ProJovem tinha a duração de 12 meses de aulas, num total de 1600 horas de estudos com o direito a uma bolsa de R\$100,00 (cem reais) mensais, durante o tempo em que o aluno permanecesse no curso, sendo no mínimo de 75% de frequência.

Em 2008, veio o Projovem Urbano sucedendo o Projovem Original<sup>5</sup>, regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Sua gestão encontra-se a cargo da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SG/PR), subordinada à Secretaria- Geral da Presidência da República (SG/PR). Assim, houve um acréscimo de 3 meses, sendo então, 18 meses de estudos, com carga de horária de 2000 horas. Esse programa caracterizou-se como emergencial e experimental, por dois motivos: a rápida necessidade do jovem em ingressar no ensino médio; e em uma proposta curricular inovadora com novos paradigmas de ensino: a articulação entre ensino fundamental, qualificação profissional e a ação comunitária.

Considerado um programa exitoso, a partir dos dados do sistema de Monitoramento e Avaliação – SMA, o ProJovem estende-se a sua faixa etária, aderindo aos jovens de até 29 anos, que saibam ler e escrever, não se exigindo o limite de estudos ou vínculos formais de trabalho. A ampliação da idade para o ingresso ao programa refere-se aos dados estabelecidos

---

<sup>5</sup> O ProJovem “original” foi regulamentado pelo decreto 5.557 de 05/10/2005 e implementado apenas nas capitais e no Distrito Federal, em 2006, foi ampliado para mais 29 cidades, com o número de habitantes igual ou superior a 200.000. O objetivo era elevar a escolaridade dos jovens com idade de 18 a 24 anos, por meio da conclusão do ensino fundamental, da qualificação profissional, do estímulo à inserção produtiva e à ação comunitária, despertando solidariedade, exercício de cidadania e ação local. Em seus primeiros anos de implantação, o ProJovem contemplou jovens que haviam terminado a quarta série, mas não concluído a oitava série do ensino fundamental e sem vínculos formais de trabalho.

pela Organização Internacional de Juventude (OIJ), e que definem outras variáveis para a concepção de juventude. Então, se a vivência da juventude é diferente, dependendo das circunstâncias materiais, sociais e culturais, tem-se, pois, juventudes.

A limitação por faixa etária não é a única resposta para falar de juventudes, pois há quem lembre circunstâncias em que ela começa desde cedo, sobretudo, para quem não tem direito a infância. Do mesmo modo, em razão de mudanças na expectativa de vida, assim como no mercado de trabalho, o tempo da juventude está se alargando, chegando aos 29 anos, nos patamares da OIJ (SILVA, 2006, p.190). A proposta pedagógica do programa baseia-se em novos paradigmas<sup>6</sup> educacionais, de forma interdisciplinar, que estão segmentadas em três dimensões: Educação, Qualificação e Ação Comunitária, visando à formação integral dos jovens, considerado como um protagonista<sup>7</sup> de sua formação. Dessa forma, o ProJovem Urbano, estrutura-se nos seguintes temas integradores: a identidade do jovem, os territórios da juventude urbana, violência e vida do jovem, juventude e qualidade de vida, juventude e responsabilidade ambiental.

Os objetivos gerais do ProJovem Urbano, ao integrar Ensino Fundamental e Qualificação Profissional, oferecem aos concluintes do programa, a oportunidade de experimentarem novas formas de aquisição do conhecimento, reelaborando suas próprias experiências e visão de mundo e, sendo assim, reposicionem-se quanto à sua inserção social e profissional.

Para tal, de acordo (SALGADO, 2008, p. 37-38), espera-se que os jovens:

- Afirmem a sua dignidade como seres humanos, trabalhadores e cidadãos;
- Utilizem a leitura e a escrita, assim como outras formas contemporâneas de linguagem, para se informar e aprender, expressar-se, planejar e documentar, além de apreciar a dimensão estética das produções culturais;
- Compreendam os processos sociais e os princípios científicos e tecnológicos que sustentam a produção da vida na atualidade;
- Utilizem tecnologias de informática necessárias à busca de informações e à inserção cultural e profissional;
- Desenvolvam competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda;
- Estabeleçam um projeto de desenvolvimento profissional, considerando suas potencialidades, suas necessidades de aprendizagem e as características de seu contexto de trabalho;

---

<sup>6</sup> De acordo com o Projeto Político Integrado (PPI) do ProJovem Urbano, o novo paradigma que se refere está baseado na articulação entre conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida.

<sup>7</sup> Para Gonzalez (2007, p. 52) ao se referir sobre protagonismo juvenil: Explicita que a lógica neoliberal é deixar ao indivíduo singular a tarefa de melhor descobrir quais são seus interesses para incumbir-se de um processo social em que todos podem igualmente participar e encontrar o resultado satisfatório. O que se postula é que os jovens devem ser direcionados ao protagonismo para o desenvolvimento da sociedade, mediante seu engajamento em projetos e programas sociais, com ênfase no voluntariado.



- Acessem os meios necessários para exercer efetivamente seus direitos de cidadania, tais como: obter ou renovar documentos pessoais, usar os serviços da rede pública disponíveis para os jovens e suas famílias etc.
- Assumam responsabilidades em relação ao seu grupo familiar e à sua comunidade, assim como frente aos problemas que afetam o país, a sociedade global e o planeta;
- Identifiquem problemas e necessidades de sua comunidade, planejar iniciativas concretas visando a sua superação e participar da respectiva implementação e avaliação;
- Reflitam criticamente sobre sua própria prática;
- Convivam e trabalhem em grupo, valorizando a diversidade de opiniões e a resolução negociada de conflitos;
- Exercitem valores de solidariedade e cooperação, posicionando-se ativamente contra qualquer forma de racismo e discriminação;
- Exerçam direitos e deveres da cidadania, participar de processos e instituições que caracterizam a vida pública numa sociedade democrática;
- Continuem aprendendo ao longo da vida, tanto pela inserção no sistema de ensino formal quanto pela identificação e o aproveitamento de outras oportunidades educativas.

As atividades devem ser desenvolvidas de modo interdisciplinar e interdimensional, ou seja, o empenho de todos os educadores com horários definidos na grade curricular, juntamente, com as sínteses interdisciplinares, o Projeto de Orientação Profissional – POP e o Plano de Ação Comunitária – PLA, para que se torne eficaz o aprendizado dos estudantes. Nessas situações, os educadores do ProJovem Urbano atuam como orientadores da aprendizagem, trabalhando com os alunos na elaboração das Sínteses Interdisciplinares dos referidos planos. As três dimensões integradoras do programa criam oportunidades adequadas para que o jovem construa sua subjetividade, articulando a pessoa humana, o trabalhador, o estudante e o cidadão.

Assim, concluímos que é preciso refletir sobre, que embora haja no ProJovem Urbano uma concepção que tribute aos jovens potencialidades, esta lhe sobrepõe a responsabilidade para o enfrentamento direto com os problemas sociais instaurados em âmbito macro, e as estratégias de empoderamento escamoteadas por meio de práticas que viabilizam os projetos societários hegemônicos, maestrados por governos que se encontram submersos ao receituário do capital.

Nesta direção, estudos relativos ao adjetivo ator social garantem que mesmo assim, o lugar do jovem não é alterado como alvo das políticas públicas, entretanto translúce a contradição entre o real e o ilusório para outra dimensão que a priori, encontra-se velada. “O encobrimento da contradição é também uma tentativa de assegurar a coesão do discurso e de forjar o consenso, anulando a possibilidade do surgimento de uma contraposição (LEITE, 2003, p. 155)”.

#### **4. A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PROPOSTA PELO PROJOVEM URBANO UM NOVO PARADIGMA?**

Segundo o Projeto Político Integrado (PPI) do ProJovem Urbano, o que o torna um programa inovador baseado em novas perspectivas e novos paradigmas de formação, é a integração entre: articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida (PPI, 2008, p. 15). Neste sentido, almeja-se neste tópico debater acerca da categoria qualificação profissional que compõe o tripé do programa.

As primeiras ideias sobre a formação profissional no Brasil se enquadra dentro de uma lógica de qualificação, compreendida como formação de mão de obra especializada, para atender às demandas técnico-organizativas do mercado de trabalho formal. No plano macrosocietário, esta concepção de qualificação gerou uma série de políticas educacionais voltadas para a criação de sistemas de formação profissionais estreitamente vinculadas às demandas e necessidades dos setores mais organizados do capital e de suas necessidades técnico-organizativas.

De acordo com Frigotto (1984, p.162):

A universalização do acesso à escola e o aumento médio de escolaridade é fato que parece não constituir-se em óbice ao capitalismo monopolista. Pelo contrário, um nível mínimo de escolaridade generalizada e o próprio prolongamento da mesma – dentro da função social que a escola tem assumido historicamente – constituem-se em mecanismo funcionais à atual etapa do desenvolvimento capitalista. Uma escolaridade que permita um mínimo de cálculo, leitura e escrita, e o desenvolvimento de determinados traços sócio-culturais, políticos e ideológicos tornaram-se necessários para a funcionalidade das empresas produtivas e organizações em geral, como também para a instauração de uma mentalidade consumista.

Cosoadante a este pensamento, por décadas a economia e o planejamento da educação trabalharam com a qualificação formal. Planejava-se a maneira de obter um número “x” de diplomas em determinadas áreas ou setores profissionais, de acordo com a projeção de demanda. Essas concepções de qualificações, postas em prática no Brasil, foram elaboradas a partir de enfoques das teorias do capital humano e do planejamento macrosocial e estão ancoradas em enfoques macroeconômicos que privilegiam dimensões relativas ao desenvolvimento econômico, crescimento e diversificação do mercado formal de trabalho e sua relação com os sistemas de educação escolar.

Fazendo um sobre voo da década de 1980 aos dias atuais, século XXI, Perrenoud, já na introdução de um dos seus livros, aponta para um dos dilemas que sempre esteve posto para os processos educativos, e que agora, em face da mediação das novas tecnologias que tornam o trabalho cada vez mais abstrato no atual regime de acumulação, assume novas dimensões. Este autor, dos mais referenciados pelos que propõe uma pedagogia escolar centrada nas competências, delinea adequadamente a questão, mas não a trata satisfatoriamente, no meu entender porque não toma as categorias de análise que permitem compreender as relações entre trabalho e educação, atendo-se ao mundo da escola (KUENZER, 2001, p. 05).

De acordo com Dedecca (1998), ao tratar do tema qualificação profissional, diz que: “a qualificação da força de trabalho, de maneira inquestionável, é condicionada pela base técnica, mas seu fundamento decorre da forma como é estruturado o processo de trabalho”. Assim, teremos que a organização será determinada pelas instituições: Estado, empresas e sindicatos; e nas relações de regras e normas por elas acordadas.

A respeito da formação de trabalhadores no âmbito educação básica e educação profissional, Ramos (2002) faz uma explanação sobre a formação do homem, no modo de produção capitalista, demonstrando que à medida que o trabalho industrial tornou-se cada vez mais complexo, os debates sobre educação e qualificação adquiriu importância sociológica. Assim, a formação humana envolve um processo de conhecimento, que sob a ótica de produção capitalista, os sentidos humanos estão na lógica da propriedade privada.

Dessa forma, a formação humana é expressa, portanto, pelas formas históricas que adquire essa luta, na qual atua um conjunto de sujeitos coletivos, representantes das classes fundamentais – burguesia e trabalhadores -, cada qual com o objetivo de configurá-la, respectivamente, sob a ótica do capital ou sob a ótica do trabalho. Essa luta é orientada segundo as categorias básicas das relações sociais de produção – a divisão social e o nível de complexificação do trabalho – e orientam ações organizadas no plano tanto da sociedade civil quanto da sociedade política (RAMOS, 2002).

Do ponto de vista do ProJovem Urbano, a concepção de qualificação profissional considerando também a dimensão subjetiva do trabalho, remete ao desenvolvimento de habilidades, ao autoconhecimento, à sociabilidade, à realização pessoal, simultaneamente à preparação para uma inserção ocupacional, que possa assegurar renda aos jovens participantes

e levá-los à autonomia. Materializa-se por meio de arcos ocupacionais, escolhidos pelos alunos, como a um curso profissionalizante.

Pois, um dos objetivos do programa de inclusão é “desenvolver competências necessárias para o desempenho de uma ocupação que gere renda” (SALGADO, 2008). Porém, antes de iniciar nesses arcos, os alunos passam por um estudo de formação técnica geral (FTG), com assuntos relacionados ao tema trabalho: leis trabalhistas, conquistas dos trabalhadores, dentre outros. Fazendo-se necessário que os conteúdos sejam vistos de forma interdisciplinar.

Assim, a partir das discussões tecidas acima, a qualificação profissional deverá possibilitar, sobretudo, novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais. Não podemos perder de vista, que a escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento (KUENZER, 2001).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Reinteramos a necessidade de irmos além da aparência, é preciso refletir que embora haja no ProJovem Urbano um concepção que tribute aos jovens potencialidades, afirmada por meio de termos como protagonismo, empreendedores, esta lhe sobrepõe a responsabilidade para o enfrentamento direto com os problemas sociais instaurados em âmbito macro, e as estratégias de empoderamento escamoteadas por meio de práticas que viabilizam os projetos societários hegemônicos, maestrados por governos que se encontram submersos ao receituário do capital.

Estudos relativos ao adjetivo ator social garantem que mesmo assim, o lugar do jovem não é alterado como alvo das políticas públicas, entretanto translude a contradição entre o real e o ilusório para outra dimensão que a priori, encontra-se velada. “O encobrimento da contradição é também uma tentativa de assegurar a coesão do discurso e de forjar o consenso, anulando a possibilidade do surgimento de uma contraposição (LEITE, 2003, p. 155)”.

A qualificação profissional proposta pelo ProJovem e pelas políticas públicas para jovens devem possibilitar, sobretudo, novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais. Não podemos perder de vista, que a escola é o lugar de aprender a interpretar o mundo para poder transformá-lo, a partir do domínio das categorias de método e de conteúdo que inspirem e que se transformem em práticas de emancipação humana em uma sociedade cada vez mais mediada pelo conhecimento (KUENZER, 2001).

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W. ; MARTONI, P.P. **Retratos da juventude brasileira**. – São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

ABRAMOVAY, Mirian et al. **Políticas Públicas de / para / com juventude**. Brasília: UNESCO, 2004.

BRASIL. **Medida provisória n. 238, de 1º de fevereiro de 2005**. Institui, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), cria o Conselho Nacional de Juventude (CNJ) e cargos em comissão, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2 fev. 2005. p. 1.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. Brasília: Congresso Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal**, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem –, instituído pela Lei no. 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei no. 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das leis no. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de junho de 2008a; seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM –, instituído pela Lei no. 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei no. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de novembro de 2008b; seção 1, p. 4.

CUNHA, Luis A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo. Ed. UNESP. Brasília. Fracasso, 2000.

DEDECCA, C.S. **Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90**. In: OLIVEIRA, M.A. (Org). Reforma do estado e Políticas de emprego no Brasil. Editora da Unicamp, 1998.

IVO, Brito leal, Anete. **A reconversão da Questão Social e a retórica da pobreza nos anos 1990**. Em publicação: A pobreza do Estado: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Cimaadamore, Alberto; Hartley, Dean; Siquiera, Jorge. CLACSO, Consejo Latino americano de Ciências Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 978-987-1183-59-3. KERN, H. e SCHUMANN, M. La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle. Paris, MSH, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola Improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estruturação econômico-social e capitalista. São Paulo: Cortez, 1984.

KUENZER, Acácia Z. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: Novos desafios para a gestão**. In: FERREIRA, Naura. Gestão democrática da educação: Atuais tendências, novos desafios. São Paulo. Ed. Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. **As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão**. São Paulo, Cortez, 2001.

NOVAES, R; VANNUCHI, P. **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação** – São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

PIERRO, Maria Clara Di. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil\*.Educação e Sociedade: scielo, Campinas, v. 26, n. 92, p.1115-1139, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a18.pdf>>.**

POCHMANN, M. **Educação e Trabalho; como desenvolver uma relação virtuosa?** In; educação e sociedade nº87, Campinas, SP, Vol. 25, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em agosto de 2009. ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 5ª ed., São Paulo: Bontempo, 2000.

RAMOS, M.N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** – são Paulo: Cortez, 2002.

SALGADO, M.U.C. **Manual do Educador: Orientações Gerais**. – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM URBANO, 2008.

\_\_\_\_\_. **Guia de Estudo: Unidade Formativa II**. – Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM URBANO, 2008.

SILVA, M.O. da Silva; YAZBEK, M.C.( Orgs). **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. – São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes Y CARRANO, Paulo. **Juventude e políticas públicas no Brasil**. In: LEÓN, Oscar Dávila. Políticas públicas de juventude em América Latina: políticas nacionais. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.